

RESOLUÇÃO 007/CES/2023

O CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e

Considerando que a Constituição Federal de1988 estabelece a "saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

Considerando a Lei 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços;

Considerando que as Conferências de Saúde são instâncias colegiadas do Sistema Único de Saúde (SUS) que implementam a diretriz constitucional da participação social na gestão da saúde, conforme Art. 198, inciso III;

Considerando que o Art.1°, §1°, da Lei Federal n° 8.142/1990 define que cabe à Conferência de Saúde "avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes";

Considerando o processo ascendente da 9ª Conferência Estadual de Saúde, com conferências municipais e macrorregionais, com o Relatório Final expressando o resultado dos debates nessas diferentes etapas e as propostas aprovadas na Plenária Deliberativa;

RESOLVE

Art. 1º Homologar as propostas aprovadas na 9ª Conferência Estadual de Saúde de Santa Catarina como orientações estratégicas para o Plano Plurianual (PPA) e para o Plano Estadual de Saúde (PES) 2024-2027.

Florianópolis, 02 de agosto de 2023.

AGOSTINHO LUIZ SCHIOCHETTI

Presidente do Conselho Estadual de Saúde

ANEXO

PROPOSTA	ABRANGÊNCIA
Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF): Manter 100% de cobertura da saúde da família; cobertura de 100% dos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs); valorização dos profissionais de saúde; fixação do profissional SUS com concursos públicos e Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS); ampliação de formação profissional financiada pelo Estado e pela União em educação na saúde na atenção primária.	
Retomar projetos de prevenção e promoção em saúde, reafirmando as premissas construídas há décadas no sentido de recuperar e instalar os Pactos Federativos que se perderam nos últimos anos, tais como: farmácia viva, grupos terapêuticos, PICS, fitoterapia, cannabis terapêutico (medicinal), e doulas entre outros. Fortalecendo as ações de Vigilância de Saúde, com ampliação de divulgação e informação a população sobre o seu papel.	Estadual/Nacional
Garantir financiamento para aumentar a oferta de consultas, exames e procedimentos especializados, cirurgias de média e alta complexidade dando acesso ao usuário, buscando melhorar as pactuações, licitações e contratos.	Estadual/Nacional
Revogar as medidas que causam o desmonte do SUS, violam seus princípios e comprometem a saúde da população, a exemplo: o Programa Previne Brasil, da transferência da gestão de serviços públicos à Organizações Sociais (OS's); da reforma da previdência e da política nacional de saúde mental; das restrições financeiras à manutenção e expansão do SUS (EC 95/2016); do investimento dos governos em planos privados; dos incentivos financeiros corporativos ou que não beneficiem a todas as categorias profissionais; do cerceamento de mecanismos de participação social no âmbito das políticas públicas.	Nacional
Criar políticas e programas de prevenção de todos os tipos de violências intra-hospitalares, em especial sexual, e nos demais ambientes de saúde contra mulheres, crianças e adolescentes.	Estadual/Nacional
Elaborar estratégias a fim de interromper o crescente processo de privatização do SUS municipal estadual, que fragmenta os serviços públicos e que, munido pela lógica da privatização do lucro na saúde não contribui para a prática do direito à saúde. Para isso, priorizar o concurso público como um instrumento constitucional previsto para a inserção no serviço público. Priorizando políticas públicas de promoção de saúde, e educação permanente que busquem prevenir agravos à saúde com a atualização de valores do financiamento SUS.	Estadual/Nacional

Reformular a PNAB com ampla participação popular nos quesitos de, por exemplo: diminuir o quantitativo de pessoas por agente comunitário de saúde com cobertura 100%; equipe de ESF condizente com o número de habitantes (máximo 3000 pessoas por ESF de acordo com a sua vulnerabilidade), ampliação da equipe mínima incluindo novos profissionais (fisioterapeuta, nutricionista, psicólogo, profissional de educação física e outros de acordo com a necessidade do território).	Nacional
Ampliar e garantir o repasse de recursos destinados aos serviços da RAPS com: previsão de construção de sedes próprias para os CAPSs; ampliação das equipes de Atenção Primária incluindo profissionais de Saúde mental; qualificação e ampliação de leitos de Saúde mental em hospitais gerais e outros dispositivos de atenção à crise; fomentar a educação permanente e o matriciamento na perspectiva da clínica ampliada, fortalecimento das políticas de saúde transversais (mulher, criança, pop negra, indígena, LGBTQIA+, pessoa com deficiência e situação de rua, imigrantes, idosos e trabalhadores).	Estadual/Nacional
Criar e implementar programas de saúde mental, objetivando o aumento da assistência e qualidade em saúde dessa crescente demanda, através da viabilização da reestruturação das exigências para a implementação do CAPS em suas modalidades (CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS i e CAPSad), maior número de leitos para internação psiquiátrica em hospital geral e criar protocolos de fluxo de encaminhamento, diminuindo o número de habitantes necessários para implantação, ampliando o recurso federal independente do porte do município.	Nacional
Investir, garantindo o financiamento para melhoria do tratamento oncológico em todas as regiões com a ampliação e aprimoramento dos serviços, bem como, a inclusão da radioterapia onde já existem serviços de quimioterapia.	Estadual/Nacional
Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde do trabalhador e da trabalhadora através de iniciativas como a ampliação a 100% da cobertura do CEREST e CERESTA, aumento da oferta de horário para atendimento integral à saúde do trabalhador, reforçando a obrigatoriedade de notificar as doenças e agravos relacionados ao trabalho.	Estadual/Nacional
Promover e incentivar a inclusão nos calendários escolares e atividades formativas nas escolas, conscientização sobre o papel dos movimentos sociais, conselhos e conferências de saúde, esclarecendo a população sobre a importância da participação popular no controle social, incluindo divulgação nas mídias.	Estadual/Nacional

Revisar e atualizar anualmente a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), ampliando a lista com medicamentos mais modernos e melhor tecnologia, contemplando inclusive a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto 5813) e medicamentos de alto custo, incluindo a insulina de ação prolongada, junto ao Estado e a União, bem como a atualização dos protocolos clínicos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF, não restringindo à prescrição por especialista.	Estadual/Nacional
Aumentar a transferência pelos governos federal e estadual diretamente aos municípios em detrimento das emendas parlamentares, que o orçamento da saúde seja repassado aos municípios de forma igualitária per capta e não por emendas parlamentares sendo observados também os movimentos migratórios.	Estadual/Nacional
Garantir o acesso aos serviços de interrupção legal da gestação a todas as mulheres brasileiras ofertado por equipe multiprofissional capacitada e aumento de instituições que ofertam o serviço com imediata transparência dos protocolos e dados epidemiológicos sobre os abortamentos realizados no estado de Santa Catarina, bem como disponibilização da Aspiração Manual Intra-uterina (AMIU) em todos os estabelecimentos de atendimento obstétrico ambulatorial ou hospitalar, garantindo proteção física, psicológica e dos dados sensíveis das mulheres atendidas, observando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e ampliar o debate para abranger outras especificidades.	Estadual/Nacional
Resgatar a ampliação da Atenção Primária à Saúde, com retomada das estratégias do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), Saúde Mental e Agentes Comunitários de Saúde, revisando a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) com extinção do Previne Brasil, adequando a quantidade de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) por equipe de Saúde da Família, de acordo com a necessidade, a população e as características sócio demográficas do território e respeitando sua atribuição original.	Estadual/Nacional
Criar um plano de cargos e salários voltado para os servidores públicos do SUS (municipal, estadual e federal) e extinguir cargos de confiança com a ampliação de concursos públicos, valorizando a inclusão de trabalhadores com residência/especialização no campo da saúde coletiva (atenção básica, saúde da família, saúde mental coletiva e outras a fins).	Estadual/Nacional
Implementar a política nacional de cuidados paliativos integrada às redes de atenção à saúde e como componente de cuidado em saúde na Atenção Primária à Saúde (APS) através da Estratégia Saúde da Família (ESF) com garantia de financiamento.	Estadual/Nacional

Criar linha de cuidado de atenção integral à saúde da população trans residente no estado de Santa Catarina, garantindo a ampliação dos ambulatórios de atenção integral para pessoas transexuais e travestis, e pactuação regional interestadual para acesso e cuidado, incluindo habilitação de serviços de referência hospitalares e cirúrgicos no processo transexualizador conforme a Portaria Ministerial nº 2.803/2013.	Estadual/Nacional
Fortalecer e elaborar estratégias que facilitem e ampliem a construção de serviços em saúde mental (como CAPS) em municípios com menos de 20 mil habitantes (municipal ou microrregional), com repasse financeiro para manter tal serviço.	
Incentivar a capacitação dos conselheiros municipais custeadas pelo governo federal e estadual, sendo presenciais ou semipresenciais, de forma sistemática, permanente, garantindo recursos financeiros para as atividades dos conselheiros, implementando campanhas e ações para a população sobre a importância dos conselhos de saúde municipais e que incentivem a adesão e permanência de membros.	Estadual/Nacional
Revogação da Emenda Constitucional 95 e revisão do novo arcabouço fiscal a fim de possibilitar o investimento público em saúde necessário para garantir como direito, e garantir financiamento e suporte técnico pedagógico para o fortalecimento de serviços em saúde mental que trabalhem na lógica psicossocial, praticando um cuidado no território e em liberdade, em especial aos CAPS e Atenção Primária à Saúde.	Nacional
Garantir a capacitação de usuários e profissionais de saúde de todos os níveis de atenção através de formação continuada sobre a saúde da população negra, que aborde o combate ao racismo institucional e estrutural (na saúde e Intersetorial), que aborde o preenchimento adequado do quesito raça e cor nos sistemas de informação, e doenças de maior prevalência na população negra.	Nacional
Solicitar que o Ministério da Saúde incentive alimentos saudáveis por meio de redução de impostos e taxas para promover o barateamento desses alimentos para população. Assim como cobrar das empresas de alimentos industrializados a diminuírem o sódio e os açucares dos produtos que fabricam. Devido à epidemia HAS e Diabetes que muitas vezes o acometimento dessas doenças advém do estilo de vida e alimentação industrializada, que é rica em sódio e açucares.	Nacional
Ampliação e fortalecimento dos laboratórios oficiais das três esferas do governo para garantir a produção de medicamentos e outros insumos, principalmente antibióticos constantes na RENAME.	Nacional
Criar Política integral da saúde da pessoa autista, neurodivergente e familiares.	Estadual/Nacional

Fortalecer a integração entre a rede de Urgência e Emergência e Atenção Primária, inclusive com melhorias das estradas estaduais e federais para facilitar o acesso da população às unidades de saúde e transferências entre os serviços.	Estadual/Nacional
Assegurar leitos de urgência e emergência psiquiátrica nos hospitais gerais e estaduais para internação adulto e infantil, na média e alta complexidade, e referência e contrarreferência para os serviços de saúde dos territórios.	Estadual/Nacional
Incluir na oferta do SUS a cannabis terapêutica como remédio fitoterápico na farmacopéia brasileira e medicamentos a base de canabinóides na RENAME, capilarizando o acesso via SUS.	Estadual/Nacional
Aumentar os recursos destinados as pesquisas e ao desenvolvimento tecnológico, utilizando a matéria prima brasileira na produção de medicamentos e vacinas que hoje são importadas.	Estadual/Nacional
Desenvolver uma política pública para o atendimento integral às mulheres e crianças vítimas de violência que inclua a criação de centros de referência regionalizados. Fortalecer e ampliar divulgação dos fluxos de atendimentos às vítimas de violência física e psicológica das mulheres, crianças e da população LGBTQIA+.	Estadual/Nacional
Fortalecer a Política Nacional de Imunização (PNI) através de recursos físicos, materiais e humanos. Que as ações sejam embasadas em dados epidemiológicos e que as campanhas visem combater a desinformação a partir de dados cientificamente comprovados.	Nacional
Enfatizar o cuidado em saúde mental que transforme a cultura da medicalização neste campo, buscando: a) evitar prescrições desnecessárias qualificando os critérios para início do uso de drogas psiquiátricas; b) apresentar riscos e benefícios a partir de consentimento esclarecido quando do início do tratamento medicamentoso, ofertando outras possibilidades de tratamento (PICs por ex.); c) ofertar estratégias e cuidados específicos, como a redução de danos, às pessoas dependentes de drogas psiquiátrica com foco na qualificação da assistência, redução do preconceito e dos danos do uso irracional de drogas psiquiátricas.	Nacional
Revogação imediata da EC 95, bem como a revisão de valores praticados e a atualização dos procedimentos ofertados pela tabela SUS (SIGTAP) que se encontram congelados há 30 anos sem reajuste e sem atualização desde a sua criação. Programação para futuras atualizações periódicas e subsequentes e, desse modo, revisão com aumento do teto disponível aos prestadores de serviços de saúde.	Nacional
Criar e/ou ampliar equipe de saúde bucal hospitalar.	Nacional
Criar Política de saúde voltada ao envelhecimento, com inclusão de médico geriatra em equipes ampliadas de atenção primária, e criação de centro voltado ao idoso (promoção e cuidado à saúde) em parceria com o Serviço Social.	Estadual/Nacional

Garantir acesso ao tratamento com Cannabis Medicinal através do SUS, prezando por parceria com associações ou produção própria do remédio.	Estadual/Nacional
Elaborar e implantar uma Rede de Dados em Saúde, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que permita a otimização e unificação dos sistemas de informação (e-SUS, CAD SUS, SISREG) no qual dados clínicos, exames e procedimentos feitos pelo paciente possam ser compartilhados de acordo com a categoria profissional e tipo de atendimento a nível municipal, estadual e nacional.	Estadual/Nacional
Ampliação de recursos de investimento para construção, ampliação ou reforma das UBS's, Academias de Saúde e Requalifica UBS.	Estadual/Nacional
investimento).	Estadual/Nacional
Incluir nas escolas federais, estaduais, municipais e privadas desde a pré-escola até o ensino médio espaço na grade curricular que permita educação em saúde, promovendo o debate sobre o SUS, bem como sua história e da Educação em Saúde.	Estadual/Nacional
Assumir a responsabilidade de ordenar os recursos humanos dentro da graduação e principalmente nas residências médicas e multiprofissionais, onde se formam os especialistas para ampliação dos profissionais de saúde da família, e que as especialidades sejam direcionadas conforme as necessidades do território para formação de profissionais mais comprometidos com o SUS.	Nacional
Realizar a IV Conferência de Saúde Bucal e suas etapas estaduais e municipais no ano de 2024	Nacional
Implementar integralmente a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) estadual nos moldes reforma psiquiátrica e Conferências de Saúde Mental em 2022. Assegurar a qualificação dos profissionais de saúde da APS e de urgências/emergências para um atendimento oportuno e adequado; a ampliação dos equipamentos existentes; e a implantação de CAPS III adulto, CAPSad III, CAPSi, serviço residencial terapêutico, leitos hospitalares para saúde mental em hospitais gerais, serviços de reabilitação das questões de aprendizagem, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit do Atenção e Hiperatividade (TDAH), Síndrome de Down e demais Síndromes, Centro de Convivência e Cultura segundo a realidade dos municípios, com assistência familiar. Ampliar a integração de forma a unificar os sistemas de informação	Estadual/Nacional
do SUS /Ministério da Saúde (e-SUS, CADWEB, SISREG, SINAN, SISCAN, TELEMEDICINA, SINASC, SIM), permitindo melhor integração entre os níveis de atenção a saúde e possibilitando, inclusive, a troca de informações com sistemas intersetoriais, tais como o de assistência social e educação, conforme a lei geral de	Estadual/Nacional

Ampliar e assegurar o acesso as mais de 50 anomalias possíveis de avaliar e diagnosticar no teste do pezinho para recém nascido, e garantir o fluxo de atendimento as doenças diagnosticadas.	Estadual/Nacional
Reestruturação de ações de Educação Permanente em Saúde (EPS) aos integrantes dos dispositivos do controle social, visando ampliar o conhecimento e reconhecimento dos papeis e caminhos para a representatividade ativa. Bem como, fortalecer a formação e capacitação dos profissionais inseridos na RAS a cerca do controle social, aprimorando a interação entre os pares com ênfase no protagonismo dos usuários, incentivando a participação dos jovens e adultos e a cogestão entre as áreas de educação e da saúde atendendo a lógica da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) para controle social de modo efetivo.	Nacional
Fortalecer a atenção à saúde bucal nos municípios por meio política nacional com incremento financeiro para atendimento aos usuários da Atenção Primária à Saúde (APS) com a respectiva adequação da estrutura física da rede e implementação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs).	Nacional
Criar um programa de pronto atendimento (PA) em municípios que não tem hospital.	Estadual/Nacional
Ampliar, realizar e garantir capacitação permanente para conselheiros de saúde como forma de auxiliar a tomada de decisões, além de divulgar a sua atuação para conscientização da sociedade a cerca da importância do controle social na saúde.	Estadual/Nacional
Articular de forma intersetorial a destinação de recursos específicos para a ampliação do saneamento básico com alcance, de no mínimo, 90% da população até 2030.	Estadual/Nacional
Garantir melhor custeio das ações em saúde, por meio da realização de auditorias da dívida pública municipal, estadual e da União	Estadual/Nacional
Estimular e financiar parcerias com instituições de ensino públicas e comunitárias para a produção de tecnologia em saúde (novos medicamentos, vacinas e atualização de tratamentos de doenças) no nosso País.	Estadual/Nacional
Garantir e ampliar recurso para as políticas públicas voltada à pessoa idosa, que contemple a promoção a saúde, alimentação saudável, atividade física e convívio social, bem como a construção de Centros de Saúde multiprofissionais focados no idoso frágil, com linhas de financiamento para a implementação e custeio, e integrados a Rede de Atenção à Saúde.	Estadual/Nacional
Incluir no Programa Saúde na Escola (PSE) a capacitação dos profissionais da educação para tratar dos temas de saúde mental, incluindo bullying, discriminação (racismo, gênero, classe, capacitismo, etc.), uso de substâncias lícitas e ilícitas, automutilação e prevenção ao suicídio	Estadual/Nacional

Incentivo financeiro federal e estadual para os municípios, voltados ao os programas/ atendimento com (Terapeuta Ocupacional, Neurologista, Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta, Dentista, psicopedagogo, psicólogo e assistente social) as crianças, pacientes com autismo e ou que apresentem alterações de desempenho ocupacional, que tenham dificuldades em realizar suas atividades diárias, mediante apresentação de laudos médicos por especialista da área.	Estadual/Nacional
Ampliar a rede de assistência do SAMU, através da garantia de financiamento tripartite, implantando nos municípios não contemplados, bem como ampliar as equipes em todas as suas modalidades.	Nacional
Incentivar a pesquisa e a inovação em saúde nas Universidades e outras instituições públicas e comunitárias, fortalecendo os vínculos dessas com o SUS nos estados e municípios.	Estadual/Nacional
Estabelecer aos municípios o valor do repasse específico para pagamento do piso da Enfermagem (garantir financiamento federal para a implantação do piso nacional da Enfermagem nos municípios, respeitando a aplicação na carreira conforme Emenda Constitucional nº 124/2022).	Nacional
Revisão da tabela SUS com periodicidade anual de modo a aumentar o acesso às cirurgias e aos procedimentos de alta e média complexidade. Aumentar o teto de média e alta complexidade (MAC) dos municípios.	Estadual/Nacional
Solicitar ao Ministério da Saúde a ampliação da faixa etária da vacinação HPV para a população até 45 anos, com vistas a aumentar a cobertura vacinal e diminuir a incidência de câncer no colo uterino.	Nacional
Criação de um grupo temático permanente entre o Ministério da Educação e Ministério da Saúde para a revisão das grades curriculares dos cursos do campo da saúde, visando a formação humanizada e dentro dos Princípios e Diretrizes do SUS, de futuros trabalhadores das instituições públicas de saúde. Criação de bolsas de estudos para especialização, mestrado e doutorado para trabalhadores do SUS.	Nacional
Implantar programa para redução e conscientização do absenteísmo em exames, consultas, procedimentos e cirurgias, e realizar campanhas nacionais afim de evitar o mau uso dos recursos do SUS.	Estadual/Nacional
Contratação de profissional Estomaterapeuta em regime macrorregional para a atenção, cuidado e capacitação de profissionais de saúde na área de feridas, incontinências urinárias e estomias.	Estadual/Nacional

Garantir que o acesso aos profissionais de saúde no âmbito do SUS ocorra mediante aprovação exclusiva em concurso público com vínculos de provimento efetivo, ressalvado os casos de real excepcionalidade de necessidade temporária, conforme o art. 37 da Constituição Federal de 1988, com vistas à garantia da longitudinalidade e continuidade do cuidado	Estadual/Nacional
Garantir como política de Estado (com layout permanente) a distribuição das carteiras de saúde (criança, gestante, idosos, vacinas, etc.) de forma física/impressa pelos órgãos competentes.	Estadual/Nacional
Implementar Plano de Carreira e o piso salarial das categorias que trabalham no SUS, bem como garantir a redução de carga horária (30h).	Nacional
Assegurar a integralidade da assistência através do acesso aos serviços de média e alta complexidade de forma regionalizada através da implantação de centros de especialidades e/ou policlínicas de referência regional públicas, ofertando serviços de exames, consultas especializadas e procedimentos ambulatoriais, ampliando o cofinanciamento estadual para custeio em todos os níveis de atenção, a fim de assegurar a participação equânime das três esferas do governo no financiamento das ações e serviços de saúde.	Estadual/Nacional
Aprimorar e financiar as Práticas Integrativas e complementares (PICS) no SUS, com uso de tecnologia e inovação para capacitação dos profissionais do SUS.	
Aplicação dos financiamentos aos projetos de pesquisa e extensão das universidades públicas nos departamentos de saúde que visem fortalecer o complexo econômico e industrial de saúde fomentando assim pólos regionais e nacionais de pesquisa.	Estadual/Nacional
Ampliação das especialidades do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) com criação de pólos regionais de saúde, aderindo às especialidades de prótese e odontopediatria.	
Melhorar e viabilizar a implantação do Programa de Prótese Dentária dentro dos princípios e diretrizes de acordo com a política nacional de Saúde Bucal, aumentando e garantindo o financiamento e ampla divulgação da oferta	Nacional
Viabilizar recursos específicos para os municípios implementarem e efetivarem Postos de Vacinação Móvel como estratégia permanente, tendo como objetivo ampliar a cobertura vacinal dos usuários e atingir a meta preconizada pela Política de Imunização.	Nacional
Implementar e efetivar a Política de Educação Permanente em Saúde, qualificando os profissionais através de estratégias de formação para o SUS em atenção à saúde mental do profissional. Incentivando financeiramente o bom desempenho de servidores e equipes, estimulando-os na busca de melhores resultados no atendimento do usuário para a qualidade de vida da população, inclusive ofertando capacitação das Práticas Integrativas e	Estadual/Nacional

C 1 (PICC) 1/1' / ' ' 1' 1	T
Complementares (PICS) e em políticas étnicas especializadas.	
Fortalecer a participação popular no controle social através dos conselhos locais e municipais de saúde garantindo o financiamento das três esferas de governo com vistas a fortalecer o controle social.	
Garantir, ampliar, qualificar e facilitar a implementação e aplicação das políticas de Estado voltadas as populações minorizadas, tais como representantes da população PPI (pretos, pardos e indígenas), pessoas LGBTQIAP+, mulheres, idosos, PCD (pessoas com deficiência), pessoas em sofrimento psíquico e neurodivergentes, em consonância com a Política Nacional de Humanização (PNH).	Estadual/Nacional
Atualização e revisão do repasse e financiamento defasado referente à tabela SUS, conforme inflação, pois a mesma está defasada e não cobre necessidades referentes à contração de serviços. Tendo em vista a dificuldade de contratação dos profissionais, prestadores de serviço e discrepância de valores pagos comparados aos valores SUS, por parte dos municípios. Sendo necessária a implementação de recursos dos municípios para repor esse financiamento, bem como da Atenção Primária, Assistência Farmacêutica e Práticas Integrativas e Complementares. Com vistas a aprimorar a prevenção, promoção e resolutividade da RAS, considerando a necessidade dos serviços e das comunidades.	Estadual/Nacional
Incentivar a unificação e ampliação dos recursos do prontuário eletrônico para garantir o acesso aos dados de saúde e o funcionamento do e-SUS em todo território nacional, com a unificação de informação de saúde integrando no setor público e privado, na baixa, média e alta complexidade, respeitando os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).	Estadual/Nacional
Implantar o atendimento odontológico nas unidades da Rede de Urgência e Emergência.	Estadual/Nacional
Implementar centros de atendimento microrregionais em complementação aos centros de aconselhamento, testagem e tratamentos regionais, para atendimento integral das pessoas com doenças infectocontagiosas e com mais agilidade (hepatites, ists, tuberculose, sífilis, entre outras).	Estadual/Nacional
Criar rede de apoio em saúde mental ao profissional de saúde, bem como sua valorização com incentivos para melhores condições de trabalho, remuneração adequada e padronização nacional do piso salarial, a fim de garantir a permanência do profissional na sua origem. Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde do Trabalhador (a) a nível nacional com iniciativas como cobertura total de CERESTES regionais, atendimento integral à saúde do trabalhador, participação popular e aumento do número das notificações das doenças e agravos relacionados ao trabalho.	Estadual/Nacional

Aperfeiçoar o sistema de gerenciamento de prontuário eletrônico, unificando os vários sistemas existentes, tanto em nível ambulatorial quanto hospitalar, para que as informações estejam acessíveis a todos os níveis de atenção sem compartimentalização, tornando obrigatória também a contrarreferência eletrônica das especialidades, para que os profissionais de saúde tenham acesso aos procedimentos e as condutas realizadas e possam dar continuidade ao cuidado integral. Para que exista mais transparência e efetivação na regulação e aproveitamento das vagas ofertadas. Bem como, criar um único sistema para todos os programas, saúde da mulher, e-SUS, e epidemiologia.	Estadual/Nacional
Fomentar e garantir recursos federais e estaduais para promoção de programas de educação permanente aos profissionais de saúde atuantes no SUS, prioritariamente na Atenção Primária à Saúde, a fim de aprimorar a qualidade do atendimento em demandas específicas como violência, suicídio, saúde mental, população de baixa renda, imigrantes e desenvolvimento das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) nos municípios.	
Ampliar a obrigação mínima de recurso financeiro em saúde da União, de 5% para 10%, prever recurso novo do cofinanciamento federal nas diversas áreas de cuidado, APS, atualizar tabela SUS, e as demais políticas vigentes, bem como articular o financiamento para os conselhos de saúde.	
Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial: CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS I	Estadual/Nacional
Unificação dos sistemas de informação em saúde e capacitação para o uso e alimentação correta na atenção primária, secundária e terciária, bem como demais estabelecimentos de saúde (farmácia/laboratório municipal), a fim de melhorar a comunicação na rede pública, com ênfase na segurança e integralidade dos atendimentos aos usuários, otimização do cuidado e redução de custos ao evitar duplicação de atendimentos e exames.	Estadual/Nacional
Garantir financiamento para fomentar a educação permanente e o fortalecimento das políticas de atenção integral da saúde das minorias (população negra, LGBTI+, povos originários, etc.), em consonância com a Política Nacional de Humanização.	I Hetadiiai/Nacional
Revisar e ampliar a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME e REMUME) para redistribuição dos medicamentos entre os componentes da assistência farmacêutica.	

Efetivar a integração entre os Sistemas de Informação (SIASI e sistema de informação vigente no município e estado) para ofertar um serviço de saúde mais amplo e de maior qualidade para a população indígena, incluindo uma referência em atenção básica com equipe capacitada à realidade desta população e suas necessidades com transparência nas medidas tomadas e recursos direcionados.	Estadual/Nacional
Destinar mais recursos financeiros aos serviços e programas vinculados à Política Nacional de Saúde do Trabalhador, a fim de qualificar as fiscalizações, notificações e capacitações dos profissionais que atuam na área.	Estadual/Nacional
Fiscalizar e garantir que os estabelecimentos públicos de saúde tenham estrutura física adequada conforme as legislações vigentes, com autonomia à vigilância sanitária, para um melhor atendimento ao usuário e segurança dos trabalhadores de saúde	Estadual/Nacional
Realizar no intervalo entre as conferências de saúde eventos do controle social para fazer o acompanhamento das demandas deliberadas nas conferências e prioritariamente vinculados a elaboração dos planos municipais e estaduais, e políticas de saúde.	Estadual/Nacional
Garantir incentivo financeiro para os preceptores, a fim de ampliar e fortalecer os laços da residência em Medicina de Família e Comunidade e Residência Multiprofissional, para garantir que aconteça a formação da residência multidisciplinar em saúde dentro dos municípios, estimulando melhor laço entre as formações de profissionais da APS no âmbito municipal e estadual.	Estadual/Nacional
Contratar, por meio de concurso público, novos profissionais especializados voltados ao autismo e outros transtornos mentais, e capacitar as equipes já existentes no cuidado dessa população.	Estadual/Nacional
Fortalecer e ampliar a divulgação das campanhas de vacinação através das mídias e dos canais de comunicação (redes sociais, TV, rádios, etc.) sobre a importância da adesão às vacinas disponíveis no SUS e valorizando a imunização de acordo com o calendário do Programa Nacional de Imunizações.	Estadual/Nacional
Aumentar os incentivos financeiros para os programas relacionados à saúde da mulher, incluindo exames de rastreamento e diagnóstico.	Estadual/Nacional
Promover e garantir financiamento às ações preventivas referentes à saúde mental voltadas às crianças e adolescentes e suas famílias, com a criação de um programa permanente e a devida contratação de profissionais através de concursos públicos.	Estadual/Nacional
Instituir no âmbito do SUS um programa do Ministério da Saúde que financie a elaboração, construção e custeio de estruturas específicas (serviços especializados multiprofissionais) para o atendimento integral e tratamento no desenvolvimento cognitivo às crianças e adolescentes com deficiências (pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), síndrome de DOWN, dentre outras), com assistência familiar.	Nacional

	T
Estabelecer e fiscalizar o cumprimento de pagamento de pisos salariais dignos para todos os profissionais de saúde.	Estadual/Nacional
Criar ou ampliar os recursos financeiros de custeio aos municípios para a Atenção Primária em Saúde (APS) com fiscalização do investimento, fortalecendo os programas de saúde da família e o Serviço de Atenção Domiciliar, com ampliação de horários de atendimento das Unidades Básicas de Saúde. Bem como a retomada de investimentos para construções e reformas para as unidades básicas de saúde.	Estadual/Nacional
Criar Política de cuidado voltada aos profissionais de saúde.	Estadual/Nacional
Garantir leitos psiquiátricos e equipes adequadas nos hospitais gerais em acordo com a Política Nacional de Saúde Mental.	Estadual/Nacional
Garantir a ampla divulgação continuada, através da Secretaria Estadual de Saúde e da Secretaria de Comunicação, sobre a importância da participação social nas discussões de saúde enquanto instrumento de fortalecimento e defesa do SUS (municipal, estadual, federal), informando a população quanto à importância da participação social para a melhoria dos serviços de saúde.	Estadual/Nacional
Que se cumpra a Emenda Constitucional nº 29/2000, onde se estabelece o percentual mínimo para cada ente federativo (10% Federal, 12% Estadual e 15% Municipal).	Estadual/Nacional
Consolidar o papel do Estado com o financiamento do SUS, preconizados na legislação e executando o que é de sua competência ou realizar o repasse aos municípios, bem como elaborar plano de aumento gradual do financiamento estadual dos Hospitais Públicos Municipais com abrangência regional, e garantir a clareza e transparência com linguagem acessível ao controle social na prestação de contas.	Estadual/Nacional
Garantir a promoção, prevenção e proteção da saúde dos trabalhadores do SUS, bem como a garantia dos direitos trabalhistas como insalubridade, piso salarial e percentual mínimo de gratificação por dedicação exclusiva no âmbito do SUS, conforme Lei nº 8080/1990 e financiamento à capacitação permanente dos profissionais.	Estadual/Nacional
Criar política nacional que institua centros municipais de atendimento especializado em saúde do trabalhador com prevenção, promoção, diagnóstico, assistência, nexo com trabalho, fiscalização e vigilância.	Nacional
Implantar um prontuário único e gratuito a nível nacional, que contenha informações, agendamentos, atendimentos, medicamentos, exames e vacinação.	Nacional
Estimular o debate, a conscientização, viabilizar recursos financeiros e cuidados necessários para o enfrentamento das doenças raras.	

Estabelecer prazo máximo para realização de cirurgia eletiva sensível de acordo com a necessidade do procedimento e agilizar a reinserção social do paciente.	Nacional
Ampliar a participação do financiamento público federal do SUS a pelo menos 60% do total, reduzindo peso do ente municipal, o qual detém menor capacidade de arrecadação tributária, e assim substituindo os critérios atuais do governo federal de financiamento da Atenção Básica (por número de cadastros), tornando a população do município como principal critério de distribuição de recursos. Ampliando vagas de residência médica da saúde da família e comunidade e residência multiprofissional.	Estadual/Nacional
Aumento da participação financeira estadual e federal na saúde, a fim de reduzir filas de espera para exames e ampliação das prevenções.	Estadual/Nacional
Implementar serviços de atendimento móvel de urgência e emergência com equipes especializadas em saúde mental para atendimento às demandas psiquiátricas.	Estadual/Nacional
Revisar as formas de financiamento do SUS, confrontando os limites constitucionalmente estabelecidos atualmente pela EC 95 com propostas de ampliação de formas de financiamento mediante incremento do PIB.	Nacional
Realizar análise, revisão e atualização periódica da PPI e da tabela SUS via tripartite visando maior participação de recursos de acordo com a realidade de cada município.	
Instituir no âmbito do SUS serviços especializados através de políticas públicas de saúde mental, doenças raras e crônicas, investindo em tecnologias e inovação para melhor a eficiência no diagnóstico e tratamento.	Estadual/Nacional
Implantar as linhas de cuidado em saúde da mulher, da criança e do adolescente, dos portadores de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e idosos, garantindo financiamento e assistência qualificada em todos os ciclos da vida.	Estadual/Nacional
Ampliar as ações do Plano de Educação Permanente voltado a conselheiros e usuários do SUS, para o exercício do controle social e uso racional dos serviços.	
Fortalecer a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e recriar o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), valorizando o servidor em atuação, garantindo o dimensionamento de pessoal adequado e investindo na proposta de assistência integral, longitudinal, estratégica e para além do atendimento ambulatorial. Garantindo o reinvestimento no SUS, revisando a avaliação e financiamento da Atenção Primária em Saúde (APS), a partir de um olhar para a qualidade da assistência integral e não exclusivamente para a produtividade.	Nacional

Revisão da política hospitalar, ampliação do acesso e aumento do recurso financeiro destinado as cirurgias eletivas, consultas especializadas, exames, medicação de alto custo e demais assistências na média complexidade.	Estadual/Nacional
Atualizar protocolos de diretrizes terapêuticas, ampliando a lista de medicamentos de alto custo junto ao Estado e a União.	Estadual/Nacional
Implantar uma política nacional de cuidados paliativos com profissionais capacitados para esse atendimento, bem como, capacitar todos os profissionais da Rede de Atenção à Saúde e familiares para esse cuidado.	Nacional
Melhorar o incentivo financeiro de custo fixo para manter o atendimento de emergência hospitalar com qualidade.	Estadual/Nacional
Aumentar o percentual de investimentos em saúde pela União.	Nacional
Realizar auditorias periódicas nas filas de espera do SUS, melhorando o processo de regulação, dentro dos instrumentos de gestão previstos e em parceria com os conselhos de saúde.	Estadual/Nacional
Realizar concurso público em regime estatutário, para estabilidade, qualificação do trabalho e redução do processo de vinculação político partidário.	Estadual/Nacional
Integrar um sistema nacional de consultas e vacinas, comunicação da alta e média complexidade informatizada direcionada a Atenção Básica (garantir financiamento para a integração de dados em saúde dos municípios juntamente a Rede Nacional de Dados em Saúde, permitindo e facilitando o acesso às informações de saúde em todo território nacional).	Estadual/Nacional
Criar aplicativo para uso em dispositivo móvel que facilite o chamado de emergência aos Órgãos prestadores de serviços (app similar a botão de pânico), conscientização e educação as pessoas para evitar os trotes.	Estadual/Nacional
Aumentar a oferta de vagas de serviços especializados, consultas, exames e procedimentos no SUS relacionados à média e alta complexidade, através da ampliação de espaços e profissionais nas macrorregionais garantindo o financiamento.	Estadual/Nacional
Garantir cursos e capacitação presencial e qualificada para os trabalhadores de saúde, identificando quais as maiores dificuldades de cada setor para manter o compromisso e o melhor atendimento humanizado aos usuários.	Estadual/Nacional
Reavaliar a capacidade de atendimento das ESFs, conforme a vulnerabilidade da população atendida e não considerando apenas o número de pessoas cadastradas, a fim de garantir o princípio de equidade com estrutura física e recursos humanos adequados.	Estadual/Nacional
Fortalecer as equipes de Estratégia de Saúde da Família, incluindo as equipes de saúde bucal e Psicologia na equipe mínima, visando à qualidade da assistência primária à saúde (promoção e prevenção) e de acordo com adscrição de cada território.	Estadual/Nacional

Priorizar a Rede de Atenção Psicosocial com foco no desenvolvimento da saúde mental na Atenção Primária com educação permanente e financiamento adequado. Coordenar a valorização e o fortalecimento da Atenção Primária no âmbito tripartite, garantindo programas que contemplem sua ampliação e qualificação, consolidando a Estratégia Saúde da Família, reordenando o NASF e implementando o Plano de Carreira, Cargos e Salários para os trabalhadores do SUS. Fomentar, financiar e implantar o desenvolvimento de tecnologias (saúde digital) como mais uma alternativa para o agendamento de consultas, marcação de exames e obtenção de certificados e documentos emitidos pelos serviços de saúde, utilizando como base de dados os sistemas e-SUS, GovBR e similares, a fim de garantir melhor acesso e resolutividade da APS. Garantir a educação permanente dos servidores de forma continuada com garantia de recursos e carga horária para este fim, conforme preconizado na Política Nacional de Educação Permanente. Expandir a abrangência do e-SUS aos diferentes pontos da rede (média e alta complexidade, além da Atenção Primária à Saúde). Ampliar o investimento para criação de novos centros regionais de saúde (especialidades - média e alta complexidade). Incentivar a implementação de protocolos de cuidado aos usuários de drogas lícitas e ilícitas. Reestruturar o Hospital Doutor Waldomiro Colauti (gestão estadual) com ampliação do acesso à porta de entrada e dos atendimentos de média e alta complexidade: oferta de exames, consultas de especialidades, internações e cirurgias garantindo atendimento aos municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Indaial, Timbó, Rodeio e Ascurra. Ampliar os pólos de coleta de leite materno ao banco de leite de referência da região Investir em políticas públicas de informação em saúde coletiva que sejam mais inclusivas e abrangentes: campanhas informativas, atualizados diferentes mídias e meios buscando combater de forma mais eficaz as fakenews. Que o Hospital da Criança de Chapecó seja		
Coordenar a valorização e o fortalecimento da Atenção Primária no âmbito tripartite, garantindo programas que contemplem sua ampliação e qualificação, consolidando a Estratégia Saúde da Família, reordenando o NASF e implementando o Plano de Carreira, Cargos e Salários para os trabalhadores do SUS. Fomentar, financiar e implantar o desenvolvimento de tecnologias (saúde digital) como mais uma alternativa para o agendamento de consultas, marcação de exames e obtenção de certificados e documentos emitidos pelos serviços de saúde, utilizando como base de dados os sistemas e-SUS, GovBR e similares, a fim de garantir melhor acesso e resolutividade da APS. Garantir a educação permanente dos servidores de forma continuada com garantia de recursos e carga horária para este fim, conforme preconizado na Política Nacional de Educação Permanente. Expandir a abrangência do e-SUS aos diferentes pontos da rede (média e alta complexidade, além da Atenção Primária à Saúde). Ampliar o investimento para criação de novos centros regionais de saúde (especialidades - média e alta complexidade). Incentivar a implementação de protocolos de cuidado aos usuários de drogas lícitas e ilícitas. Ampliar a oferta de leitos de retaguarda em hospitais de pequeno e médio porte respeitando as Macrorregiões. Reestruturar o Hospital Doutor Waldomiro Colauti (gestão estadual) com ampliação do acesso à porta de entrada e dos atendimentos de média e alta complexidade: oferta de exames, consultas de especialidades, internações e cirurgias garantindo atendimentos de média e alta complexidade oferta de exames, consultas de especialidades, internações e cirurgias garantindo atendimento aos municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Indaial, Timbó, Rodeio e Ascurra. Ampliar os pólos de coleta de leite materno ao banco de leite de referência da região Investir em políticas públicas de informação em saúde coletiva que sejam mais inclusivas e abrangentes: campanhas informativas, atualizadas e direcionadas as necessidades regionais e	desenvolvimento da saúde mental na Atenção Primária com	Nacional
(saúde digital) como mais uma alternativa para o agendamento de consultas, marcação de exames e obtenção de certificados e documentos emitidos pelos serviços de saúde, utilizando como base de dados os sistemas e-SUS, GovBR e similares, a fim de garantir melhor acesso e resolutividade da APS. Garantir a educação permanente dos servidores de forma continuada com garantia de recursos e carga horária para este fim, conforme preconizado na Política Nacional de Educação Permanente. Expandir a abrangência do e-SUS aos diferentes pontos da rede (média e alta complexidade, além da Atenção Primária à Saúde). Ampliar o investimento para criação de novos centros regionais de saúde (especialidades - média e alta complexidade). Incentivar a implementação de protocolos de cuidado aos usuários de drogas lícitas e ilícitas. Ampliar a oferta de leitos de retaguarda em hospitais de pequeno e médio porte respeitando as Macrorregiões. Reestruturar o Hospital Doutor Waldomiro Colauti (gestão estadual) com ampliação do acesso à porta de entrada e dos atendimentos de média e alta complexidade: oferta de exames, consultas de especialidades, internações e cirurgias garantindo atendimento aos municípios da macrorregião evitando viagens de risco aos pacientes e profissionais de saúde. Implantar no Médio Vale um hospital estadual regional que abrange os municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Indaial, Timbó, Rodeio e Ascurra. Ampliar os pólos de coleta de leite materno ao banco de leite de referência da região Investir em políticas públicas de informação em saúde coletiva que sejam mais inclusivas e abrangentes: campanhas informativas, atualizadas e direcionadas as necessidades regionais e faixas etárias, utilizando diferentes mídias e meios buscando combater de forma mais eficaz as fakenews. Que o Hospital da Criança de Chapecó seja regionalizado SUS e ampliado como UTI infantil. Construir novos espaços para ampliação dos atendimentos a nível	Coordenar a valorização e o fortalecimento da Atenção Primária no âmbito tripartite, garantindo programas que contemplem sua ampliação e qualificação, consolidando a Estratégia Saúde da Família, reordenando o NASF e implementando o Plano de	Estadual/Nacional
com garantia de recursos e carga horária para este fim, conforme preconizado na Política Nacional de Educação Permanente. Expandir a abrangência do e-SUS aos diferentes pontos da rede (média e alta complexidade, além da Atenção Primária à Saúde). Ampliar o investimento para criação de novos centros regionais de saíde (especialidades - média e alta complexidade). Incentivar a implementação de protocolos de cuidado aos usuários de drogas lícitas e ilícitas. Ampliar a oferta de leitos de retaguarda em hospitais de pequeno e médio porte respeitando as Macrorregiões. Reestruturar o Hospital Doutor Waldomiro Colauti (gestão estadual) com ampliação do acesso à porta de entrada e dos atendimentos de média e alta complexidade: oferta de exames, consultas de especialidades, internações e cirurgias garantindo atendimento aos municípios da macrorregião evitando viagens de risco aos pacientes e profissionais de saúde. Implantar no Médio Vale um hospital estadual regional que abrange os municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Indaial, Timbó, Rodeio e Ascurra. Ampliar os pólos de coleta de leite materno ao banco de leite de referência da região Investir em políticas públicas de informação em saúde coletiva que sejam mais inclusivas e abrangentes: campanhas informativas, atualizadas e direcionadas as necessidades regionais e faixas etárias, utilizando diferentes mídias e meios buscando combater de forma mais eficaz as fakenews. Que o Hospital da Criança de Chapecó seja regionalizado SUS e ampliado como UTI infantil. Construir novos espaços para ampliação dos atendimentos a nível	(saúde digital) como mais uma alternativa para o agendamento de consultas, marcação de exames e obtenção de certificados e documentos emitidos pelos serviços de saúde, utilizando como base de dados os sistemas e-SUS, GovBR e similares, a fim de garantir	Estadual/Nacional
(média e alta complexidade, além da Atenção Primária à Saúde). Nacional Ampliar o investimento para criação de novos centros regionais de saúde (especialidades - média e alta complexidade). Estadual/Nacional Incentivar a implementação de protocolos de cuidado aos usuários de drogas lícitas e ilícitas. Estadual/Nacional Ampliar a oferta de leitos de retaguarda em hospitais de pequeno e médio porte respeitando as Macrorregiões. Estadual Reestruturar o Hospital Doutor Waldomiro Colauti (gestão estadual) com ampliação do acesso à porta de entrada e dos atendimentos de média e alta complexidade: oferta de exames, consultas de especialidades, internações e cirurgias garantindo atendimento aos municípios da macrorregião evitando viagens de risco aos pacientes e profissionais de saúde. Estadual Implantar no Médio Vale um hospital estadual regional que abrange os municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Indaial, Timbó, Rodeio e Ascurra. Estadual Ampliar os pólos de coleta de leite materno ao banco de leite de referência da região Estadual Investir em políticas públicas de informação em saúde coletiva que sejam mais inclusivas e abrangentes: campanhas informativas, atualizadas e direcionadas as necessidades regionais e faixas etárias, utilizando diferentes mídias e meios buscando combater de forma mais eficaz as fakenews. Estadual Que o Hospital da Criança de Chapecó seja regionalizado SUS e ampliado como UTI infantil. Estadual Construir novos espaços para ampliação dos atendimentos a nível Estadual <td>com garantia de recursos e carga horária para este fim, conforme</td> <td>Estadual/Nacional</td>	com garantia de recursos e carga horária para este fim, conforme	Estadual/Nacional
saúde (especialidades - média e alta complexidade). Incentivar a implementação de protocolos de cuidado aos usuários de drogas lícitas e ilícitas. Ampliar a oferta de leitos de retaguarda em hospitais de pequeno e médio porte respeitando as Macrorregiões. Reestruturar o Hospital Doutor Waldomiro Colauti (gestão estadual) com ampliação do acesso à porta de entrada e dos atendimentos de média e alta complexidade: oferta de exames, consultas de especialidades, internações e cirurgias garantindo atendimento aos municípios da macrorregião evitando viagens de risco aos pacientes e profissionais de saúde. Implantar no Médio Vale um hospital estadual regional que abrange os municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Indaial, Timbó, Rodeio e Ascurra. Ampliar os pólos de coleta de leite materno ao banco de leite de referência da região Investir em políticas públicas de informação em saúde coletiva que sejam mais inclusivas e abrangentes: campanhas informativas, atualizadas e direcionadas as necessidades regionais e faixas etárias, utilizando diferentes mídias e meios buscando combater de forma mais eficaz as fakenews. Que o Hospital da Criança de Chapecó seja regionalizado SUS e ampliado como UTI infantil. Construir novos espaços para ampliação dos atendimentos a nível		Nacional
de drogas lícitas e ilícitas. Ampliar a oferta de leitos de retaguarda em hospitais de pequeno e médio porte respeitando as Macrorregiões. Reestruturar o Hospital Doutor Waldomiro Colauti (gestão estadual) com ampliação do acesso à porta de entrada e dos atendimentos de média e alta complexidade: oferta de exames, consultas de especialidades, internações e cirurgias garantindo atendimento aos municípios da macrorregião evitando viagens de risco aos pacientes e profissionais de saúde. Implantar no Médio Vale um hospital estadual regional que abrange os municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Indaial, Timbó, Rodeio e Ascurra. Ampliar os pólos de coleta de leite materno ao banco de leite de referência da região Investir em políticas públicas de informação em saúde coletiva que sejam mais inclusivas e abrangentes: campanhas informativas, atualizadas e direcionadas as necessidades regionais e faixas etárias, utilizando diferentes mídias e meios buscando combater de forma mais eficaz as fakenews. Que o Hospital da Criança de Chapecó seja regionalizado SUS e ampliado como UTI infantil. Construir novos espaços para ampliação dos atendimentos a nível		Estadual/Nacional
médio porte respeitando as Macrorregiões. Reestruturar o Hospital Doutor Waldomiro Colauti (gestão estadual) com ampliação do acesso à porta de entrada e dos atendimentos de média e alta complexidade: oferta de exames, consultas de especialidades, internações e cirurgias garantindo atendimento aos municípios da macrorregião evitando viagens de risco aos pacientes e profissionais de saúde. Implantar no Médio Vale um hospital estadual regional que abrange os municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Indaial, Timbó, Rodeio e Ascurra. Ampliar os pólos de coleta de leite materno ao banco de leite de referência da região Investir em políticas públicas de informação em saúde coletiva que sejam mais inclusivas e abrangentes: campanhas informativas, atualizadas e direcionadas as necessidades regionais e faixas etárias, utilizando diferentes mídias e meios buscando combater de forma mais eficaz as fakenews. Que o Hospital da Criança de Chapecó seja regionalizado SUS e ampliado como UTI infantil. Estadual Estadual Estadual	1 , 1	Estadual/Nacional
com ampliação do acesso à porta de entrada e dos atendimentos de média e alta complexidade: oferta de exames, consultas de especialidades, internações e cirurgias garantindo atendimento aos municípios da macrorregião evitando viagens de risco aos pacientes e profissionais de saúde. Implantar no Médio Vale um hospital estadual regional que abrange os municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Indaial, Timbó, Rodeio e Ascurra. Ampliar os pólos de coleta de leite materno ao banco de leite de referência da região Investir em políticas públicas de informação em saúde coletiva que sejam mais inclusivas e abrangentes: campanhas informativas, atualizadas e direcionadas as necessidades regionais e faixas etárias, utilizando diferentes mídias e meios buscando combater de forma mais eficaz as fakenews. Que o Hospital da Criança de Chapecó seja regionalizado SUS e ampliado como UTI infantil. Estadual Estadual Estadual		Estadual
Implantar no Médio Vale um hospital estadual regional que abrange os municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Indaial, Timbó, Rodeio e Ascurra. Ampliar os pólos de coleta de leite materno ao banco de leite de referência da região Investir em políticas públicas de informação em saúde coletiva que sejam mais inclusivas e abrangentes: campanhas informativas, atualizadas e direcionadas as necessidades regionais e faixas etárias, utilizando diferentes mídias e meios buscando combater de forma mais eficaz as fakenews. Que o Hospital da Criança de Chapecó seja regionalizado SUS e ampliado como UTI infantil. Construir novos espaços para ampliação dos atendimentos a nível Estadual	com ampliação do acesso à porta de entrada e dos atendimentos de média e alta complexidade: oferta de exames, consultas de especialidades, internações e cirurgias garantindo atendimento aos municípios da macrorregião evitando viagens de risco aos pacientes	Estadual
referência da região Investir em políticas públicas de informação em saúde coletiva que sejam mais inclusivas e abrangentes: campanhas informativas, atualizadas e direcionadas as necessidades regionais e faixas etárias, utilizando diferentes mídias e meios buscando combater de forma mais eficaz as fakenews. Que o Hospital da Criança de Chapecó seja regionalizado SUS e ampliado como UTI infantil. Construir novos espaços para ampliação dos atendimentos a nível Estadual	Implantar no Médio Vale um hospital estadual regional que abrange os municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros,	Estadual
sejam mais inclusivas e abrangentes: campanhas informativas, atualizadas e direcionadas as necessidades regionais e faixas etárias, utilizando diferentes mídias e meios buscando combater de forma mais eficaz as fakenews. Que o Hospital da Criança de Chapecó seja regionalizado SUS e ampliado como UTI infantil. Construir novos espaços para ampliação dos atendimentos a nível Estadual	1 1	Estadual
Que o Hospital da Criança de Chapecó seja regionalizado SUS e ampliado como UTI infantil. Construir novos espaços para ampliação dos atendimentos a nível Estadual	sejam mais inclusivas e abrangentes: campanhas informativas, atualizadas e direcionadas as necessidades regionais e faixas etárias, utilizando diferentes mídias e meios buscando combater de forma	Estadual
Construir novos espaços para ampliação dos atendimentos a nível	Que o Hospital da Criança de Chapecó seja regionalizado SUS e	Estadual
	•	Estadual

Investir em capacitação para os conselheiros de saúde, presenciais ou semipresenciais, de forma sistemática e permanente, garantindo recursos financeiros para custeio das atividades dos conselheiros como deslocamento, alimentação, estadias e materiais.	Estadual
Promover e intensificar as ações do controle social, para a promoção da saúde e prevenção de doenças em parceria com associações de moradores, igrejas, entidades, para a prática de esportes, a prática de convivência da melhor idade e troca de experiência, promovendo assim a aproximação dos conselhos municipais e do conselho estadual de saúde junto às populações.	Estadual
Levantamento das legislações municipais pelo Conselho Estadual, referente ao funcionamento e estruturação dos Conselhos Municipais, de modo à padronização e respeito às legislações pertinentes a esses.	Estadual
Garantir o cumprimento da Lei nº 17.066/2017 que torna transparente as filas de espera para os procedimentos e serviços do SUS no âmbito estadual.	Estadual
Realização de concurso público de forma periódica visando à recomposição do quadro profissional efetivo.	Estadual
Implantar em Blumenau um Hospital Estadual Regional, fortalecendo o município como pólo regional de saúde	Estadual
Descentralizar e ampliar a oferta de profissionais da alta complexidade, garantindo o acesso de qualidade ao T.F.D.	Estadual
Fortalecer políticas de matriciamento dentro da linha do cuidado, evitando consultas desnecessárias e medicalização exacerbada, potencializando processos de equidade, para não deixar usuários em situação de vulnerabilidade sem atendimento e cobertura a nível biopsicossocial.	Estadual
Criar um ambulatório ou ala pediátrica no Hospital Regional de São Miguel do Oeste/SC para melhorar e agilizar o atendimento de especialidades pediátricas na região.	Estadual
Fortalecimento da rede de referência e contrarreferência para especialidades médicas, facilitando o acesso às consultas e com exames em quantidade suficiente com um sistema interligado entre as redes de atendimento, que facilitem a visualização da classificação de risco e posição na lista de espera.	Estadual
Regulamentar a Lei nº 18.162, de 14 de julho de 2021, que institui o programa de cuidados para pessoas com fibromialgia no Estado de SC.	Estadual
Garantir através do SUS a integralidade do atendimento às pessoas com deficiências, como por exemplo, a realização de exames com sedação, caso necessário.	Estadual

Tornar obrigatório e fornecer a capacitação para os gestores dos Fundos de Saúde para que tenham conhecimento sobre os recursos públicos recebidos e garantir à população a transparência sobre a utilização dos mesmos. Criar meios de divulgação aos usuários do SUS para que eles tenham conhecimento sobre esse sistema de saúde, estimular a sua valorização e uso racional de seus recursos.	Estadual
Fortalecer e ampliar a oferta de Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) para resolver problemas de saúde bucal que não são contemplados de acordo com a Política Nacional de Saúde Bucal, prevendo coparticipação dos municípios referenciados e do Estado pela Secretaria Estadual de Saúde.	Estadual
Adequar às portarias que envolvem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) com abertura do sistema para credenciamento/habilitação de novos dispositivos/unidades junto ao Ministério da Saúde, principalmente pela demanda real do território para adesão de equipe, a fim de completar e ampliar as equipes de CAPS, Consultório na Rua, Unidade de Acolhimento, Residencial Terapêutico e Ambulatório de Saúde Mental, de modo a garantir a cobertura adequada das equipes e serviços da rede de atenção psicossocial, a partir de concursos públicos.	Estadual
Garantir que o estado cumpra com o pagamento dos cofinanciamentos estaduais e que revise, atualize e aumente os valores nos diversos cofinanciamentos da atenção básica e de média complexidade.	Estadual
Garantir que a Rede de Atenção em Oncologia da região da AMFRI atenda a população alvo de forma satisfatória e especialmente dentro do tempo máximo previsto em Lei nº 12.732/2012 (60 dias).	Estadual
Incluir no Plano de Ação Regional (PAR) da Rede de Atenção à Urgência e Emergência (RUE) de Santa Catarina para atendimento 24hrs do Hospital São Benedito do município de Benedito Novo, solicitando habilitação para criação de leitos de longa permanência e leito de retaguarda, e incluindo o Hospital São Benedito na política hospitalar estadual.	Estadual
Construir um Hospital Regional na Região da Foz do Rio Itajaí, inclusive com leitos psiquiátricos.	Estadual
Ampliar a equipe de atendimento na UNACOM, a fim de garantir o atendimento do paciente, conforme a Lei nº 12.732/2012, no prazo máximo de 30 dias.	Estadual
Aumentar o percentual de gasto mínimo do Estado em saúde de 15% para 20%, por meio de legislação estadual específica.	Estadual
Fortalecer os Consórcios Intermunicipais de Saúde; Implementar as especialidades odontopediátricas e pacientes especiais com pactuação com estabelecimento hospitalar em casos de necessidade de anestesia geral; garantir financiamento suficiente para manutenção dos Centros de Especialidades Odontológicas.	Estadual

Que o Estado de Santa Catarina retome a implementação do Plano Diretor de Investimento e de Regionalização, capacitando as Regiões de Saúde e evitando desta forma os longos percursos de usuários em busca de assistência.	Estadual
Instituir as tele consultas para especialidades centralizadas em Florianópolis, principalmente para os retornos.	Estadual
Implantar centros de atendimentos especializados de forma regionalizada com financiamento adequado para pessoas com deficiência e autista, com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), com atendimento multiprofissional, intersetorial e equipe mínima composta por neurologista, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicóloga, assistente social e pedagogo nutricionista e dentista, devido ao aumento da demanda tanto municipal, quando estadual.	Estadual
Efetivar a regionalização da média e alta complexidade (clínicas contemplando especialidades essenciais, consultas, exames e cirurgias), fortalecendo os hospitais incluindo clínica hemodinâmica e cardiológica na Grande Oeste. Descentralizar atendimentos em média e alta complexidade para região, visando efetividade dos atendimentos e diminuindo as filas de espera.	Estadual
Assegurar a integralidade à saúde com o acesso aos serviços de média e alta complexidade de forma descentralizada e regionalizada, fortalecendo o suporte de teles saúde, a fim de minimizar a necessidade de viagens para o acesso ao cuidado, para que a população precise se deslocar o mínimo possível a municípios muito distantes para ter acesso aos serviços.	Estadual
Buscar melhorar a estrutura do setor de oncologia - UNACON, como o atendimento de quimioterapia e a habilitação do serviço de radioterapia na região de Joaçaba; como a implementação de casas e serviços de apoio para pacientes e acompanhantes e atendimento multiprofissional mais humanizado.	Estadual
Garantir pontos de coleta do HEMOSC em todas as microrregiões do estado (em especial Rio do Sul, Foz do Rio Itajaí, Extremo e Meio Oeste, Serra Catarinense) e implantar coletas mensais em mais municípios, com pontos móveis, com o intuito de os doadores voltarem a doar e garantir o banco de sangue abastecido.	Estadual
Implementar centros de parto Peri natal nas macrorregiões de acordo com a Portaria nº 1.459/2011, Rede Cegonha, ampliando e qualificando a assistência obstétrica.	Estadual
Garantir a permanência das cirurgias eletivas estaduais criando centros regionais de especialidades de média e alta complexidade em todas as macrorregiões do Estado de Santa Catarina.	Estadual
Garantir a implantação HEMOSC nas regionais de Saúde para atender a demanda. Melhorando a logística das coletas.	Estadual
Instalar o serviço de radioterapia no Hospital São Braz, no município de Porto União, para oferecer um atendimento	Estadual

oncológico integral para cidadãos da macrorregião Norte e Nordeste.	
Implementar e efetivar ações de controle social, por meio da mobilização de atores sociais (trabalhadores e sociedade civil) para acompanhar, fiscalizar e ativar espaços democráticos de deliberações em prol da saúde, como o Conselho Municipal de Saúde e Conselhos Locais de Saúde, além de outras instâncias de deliberação.	Estadual
Garantir o fortalecimento, ampliação dos espaços do controle social, bem como, o repasse de recursos financeiros para a estrutura de funcionamento dos conselhos de saúde em todas as esferas, criando a obrigatoriedade de os municípios terem uma secretaria executiva, garantindo espaços físicos específicos para os conselhos, objetivando sua melhor organização e efetivação e um servidor de carreira.	Estadual
Garantir acesso em tempo rápido aos recursos de média e alta complexidade, tais como: leitos psiquiátricos em hospitais gerais, com equipe multiprofissional, medicações de alto custo (com lista revista e atualizada); às cirurgias eletivas e consultas especializadas (ortopedia, oftalmologia, ginecologia, otorrinolaringologia, cirurgia vascular, cuidados paliativos e demais especialidades) e exames. Garantir transparência e facilidade de acesso nas informações das filas de espera para atendimento especializado em saúde.	Estadual
Criar e ampliar centros multiprofissionais especializados em atendimento de crianças, adolescentes e adultos com transtornos neurológicos nas macrorregiões de Santa Catarina.	Estadual
Garantir a efetividade e ampliação dos valores do repasse fundo a fundo Estado/ Município com objetivo de agilizar e diminuir as filas de espera Tratamento Fora Domicílio (TFD).	Estadual
Criar programa de apoio de atenção à saúde de municípios cuja economia seja baseada principalmente no turismo sazonal, garantindo aditivo financeiro.	Estadual
Implantar e expandir os serviços em Neurologia e Neuropediatra, tanto na Região Oeste quanto nas demais regiões do Estado.	Estadual
Garantir a territorialização e o acesso dos serviços de média e alta complexidade na região Oeste, evitando assim o deslocamento de longas distancias para atendimento.	Estadual
Garantir com financiamento do Estado e da União uma rede de atendimento com qualidade e agilidade nas referências de especialidades de média e alta complexidade na região do Extremo Oeste catarinense com oferta de serviços de exames, procedimentos cirúrgicos, e acompanhamento posterior.	Estadual
Fortalecer Políticas de Manutenção e Promoção de Saúde do Trabalhador de Saúde.	Estadual
Fortalecer e ampliar a capacidade instalada dos serviços de oncologia clínica e cirúrgica na Macrorregião Grande Oeste.	Estadual

Construir um hospital de referência para o tratamento do câncer na Região Norte do Estado, com equipe multidisciplinar especializada, para agilizar o atendimento dos pacientes diagnosticados e diminuir o tempo entre o diagnóstico e o início do tratamento.	Estadual
Garantir financiamento para implantação ou ampliação de equipe multi especializada em saúde mental (incluindo psicólogo, psiquiatra e terapeuta ocupacional) na Atenção Primária e/ou de Programa de Saúde Mental além de destinar recursos para capacitação contínua das equipes com o fortalecimento da RAPS.	Estadual
Ampliar a quantidades de leitos de UTI Neonatal no estado na região do Planalto Norte e no Hospital Santa Cruz de Canoinhas bem como para as demais regiões do Estado.	Estadual
Fomentar recursos financeiros para implantar a UTI Neonatal e Habilitação junto ao Ministério da Saúde da ala de oncologia e posterior implantação da radioterapia de São Miguel do Oeste (HRTGB) e ampliar a estrutura e serviço oncológico no hospital regionai de Chapecó (Hospital Regional do Oeste).	Estadual
Garantir que o estado cumpra com o pagamento dos cofinanciamentos estaduais e que revise, atualize e aumente os valores nos diversos cofinanciamentos da atenção básica e de média complexidade.	Estadual